

Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campeonato no Planalto Santareno (PA)¹

João Santos Nahum

Doutor em Geografia pela UNESP-RC
Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia
e da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA
e-mail: joaonahum@ufpa.br

Paulo Roberto Carneiro da Paixão Júnior

Mestre em Geografia pela UFPA
Docente da rede pública de ensino do Pará
e-mail: paulopaixaojr@yahoo.com.br

Resumo

Analisamos os impactos do agronegócio da soja na reprodução dos territórios camponeses do Planalto Santareno. Enfocamos esse evento tendo por marco inicial o ano de 1994, quando um conjunto de objetos e ações viabilizaram esta fração do espaço amazônico para a chegada dos primeiros sojicultores e, conseqüentemente, a saída dos camponeses. Metodologicamente concebemos esses encontros e desencontros como situação de fronteira, que reinventa a dinâmica dos lugares, suas paisagens e modo de vida. Mostramos isso nas comunidades de Tracua, no município de Santarém/PA e Jenipapo, no município de Belterra/PA, por representarem casos-limite, pois foram profundamente alteradas pelo avanço do agronegócio. Fundamentamos nossa análise em pesquisa de campo realizada nos anos de 2011 e 2012, onde realizamos entrevistas com moradores das comunidades em foco, bem como entidades representativas dos movimentos sociais. A primeira parte do texto é eminentemente conceitual, tendo como núcleo duro o conceito de fronteira enquanto encontro de usos diferenciados e desiguais do território, sendo por uns concebido como abrigo, enquanto por outros como recurso. Na segunda parte, enfocamos a situação geográfica onde houve o desencontro do agronegócio da soja com o gênero de vida do lugar.

Palavras-chave: fronteira; agronegócio; campeonato; capital; Amazônia.

Resumé

Rencontres et mesencontres: frontier, agrobusiness de soja et paysannerie dans Le Plateau de Santarém (PA)

Cet article analyse les impacts du agrobusiness de la soja dans la reproduction des territoires paysans du Plateau de Santarém, à l'État du Pará, Brésil. On prend comme point de départ l'année 1994, lorsqu'un ensemble d'objets et actions viabilisent cette morceau de l'espace amazonien pour l'arrivée des premiers cultivateurs de soja et, par consequence, la sortie des paysans. Du point de vue metodologique nous concevons ces rencontres et mesencontres communs à la situation de la frontiere qui reinvente la dynamique des lieux, leurs paysages et modes de vie. Nous montrerons cela dans les communautés de Tracua, dans la municipalité de Santarém, et Jenipapo, dans la municipalité de Belterra, parce qu'ils

¹ Artigo resultante do projeto de pesquisa "Usos do Território, Dendeicultura e Modo de Vida Quilombola na Amazônia: estudo da microrregião de Tomé-Açu (PA)" e conta com auxílio financeiro do CNPQ, Edital Chamada Universal 14/2011.

representent des cas limite, puisque ils ont été profondément modifiés par l'avancée de l'agrobusiness. On fonde notre analyse dans la recherche sur le terrain réalisée aux années 2011 et 2012, quand nous avons fait des interviews aux habitants de ces communautés, bien comme aux représentants des mouvements sociaux. La première partie du texte est essentiellement conceptuelle ayant comme noyau dur le concept de frontière entant que rencontre des usages différenciés et inégaux du territoire. Les uns le considèrent comme abrit, entant que d'autres le tient comme ressource. Dans la deuxième partie, nous prenons comme focus la situation géographique où il y a le mésencontre du agrobusiness de soja avec le genre de vie du lieu.

Mot clés: frontier; agrobusiness; paysannerie; capital; Amazonie.

Abstract

Matches and mismatches: frontier, soybean agribusiness and the peasantry Plateau Santareno (PA)

Analyze the impacts of soybean agribusiness in the reproduction of peasant's territories in Plateau Santareno. We focus this event in early 1994, when a set of objects and actions permitted this fraction of Amazonian space receive the first soybean farmers and, consequently, the peasants has to leave the land. We conceive this matches and mismatches like a frontier situation, which reinvents the dynamics of places, landscapes and way of life. We point out such processes on Tracuá communities in the municipality of Santarém, places altered by the advance of agribusiness. We ground our analysis in field research conducted between the years 2011 and 2012. We interview local villagers, as well as representing of social movements. The first part of the text is analytic and discuss the concept of the frontier like place where we have differentiated and unequal uses of the territory. After, we analyze the geographical situation arising that match and mismatch between of soybean agribusiness and the way of life peasants.

Keywords: frontier; agribusiness; peasantry; capital; Amazon.

Introdução

Para quem, partindo de Santarém (PA), percorria a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) em direção a Belterra (PA) antes da década de 1990 via, de modo geral e por ambos os lados, a mata, espalhada no horizonte, e, aqui e acolá, ramais de tabatinga empoeirados e quase intransitáveis em época de chuvas, levando a diversas comunidades camponesas do Planalto Santareno, região que abrange áreas dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, cada qual com suas casas e roçados de onde várias famílias extraíam o seu sustento e se reproduziam.

Tratam-se de comunidades heterogêneas, constituídas por colonos provenientes do nordeste ou do centro-sul do país, que migraram de forma espontânea para as margens dessa rodovia nas décadas de 1970 e 1980 (HÉBETTE; MARIN, 2004). Amalgamaram-se com temporalidades e territorialidades ditas tapuias, caboclas ou tradicionais amazônicas e passaram a desenvolver a agricultura de subsistência e a praticar o extrativismo em meio aos períodos de exploração de suas forças de trabalho. Tracuá, Jenipapo, Tabocal, Cipoal e tantas outras comunidades, remontam a bem antes da abertura da Cuiabá-Santarém na década de 1970 e da chegada da Companhia Ford à Belterra na década de 1930, com origens para além do século XIX.

Formavam-se da ocupação de terras devolutas, donde apenas havia a floresta que os servia. Esses camponeses tradicionais usavam a terra como valor de uso e praticamente eram esquecidos pelo Estado. Nesses lugares, frente ao nada, tinham que satisfazer suas

carências vitais de alimentação, vestimenta, moradia, dentre outras, conformando um gênero de vida marcado pela precariedade, em razão da necessidade de responder a um meio rigoroso, sem energia elétrica, de péssimas estradas, com escassez de água e transporte.

Relacionando-se com o mercado, o qual abasteciam de víveres, garantindo boa parte dos mantimentos da população regional, os camponeses do Planalto Santareno conseguiram garantir sua continuidade com relativa estabilidade, malgrado os conflitos e as relações subservientes com as elites locais, além das dificuldades inerentes ao abandono do lugar. Reproduziam-se, assim, quase em silêncio e invisíveis às políticas de estado, num ritmo temporal cadenciado e peculiar, comungando terra, técnicas, festejos e apertos.

No final da década de 1990, esta situação geográfica sofreu alterações significativas. Grandes e monótonas plantações mostraram-se aos olhos, com armazéns, secadores e silos de metal de semelhante magnitude à frente. Levas de produtores de soja, oriundos do Centro-Sul do país, avançaram sobre o Planalto Santareno, atraídos, dentre outros fatores, pela grande disponibilidade de terras a preços baixos, pela boa qualidade do solo e por sua localização privilegiada frente aos mercados internacionais, permitindo que, em 2003, a multinacional Cargill Agrícola S.A. inaugurasse na orla santarena um terminal graneleiro, articulado à hidrovia do Madeira/Amazonas e à rodovia BR-163, elevando os interesses e o estabelecimento das fazendas do agronegócio no lugar.

Entendemos por agronegócio o processo de incorporação, comandado pelo capital financeiro, das atividades produtivas dependentes do acesso à terra (agricultura, pecuárias e extrativismo) à reprodução ampliada do capital. No caso da Amazônia brasileira, isso foi possibilitado, como demonstra Ianni (1986; 1979), temos a articulação classista do capital agroindustrial monopolista com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio de ações e/ou parceria fiscal, financeira e infraestrutural do Estado. Tal associação visa, além do mais-valor extraído diretamente dos vários setores que englobam o agronegócio, tais como a produção propriamente dita, serviços e consumo, o mais-valor na forma de renda da terra e aquele de posse do Estado. Contudo, tal negócio não significa unicamente a reprodução de relações especificamente capitalistas no campo e de sua base técnica avançada mas, como ressalta Martins (1997), a reprodução de traços antediluvianos, tais como o latifúndio, a grilagem de terra, o trabalho precário, os subcontratos trabalhistas, em suma as desigualdades sócio-espaciais e seus desequilíbrios ambientais.

Desencadeou-se intensa apropriação das terras do Planalto Santareno pelo agronegócio, seguida de um acelerado processo de esvaziamento populacional das comunidades camponesas. Isso porque as plantações de soja, para se tornarem rentáveis economicamente requerem solos que já sofreram alguma ação do homem. Logo, as terras há tempos cultivadas pelos camponeses serviriam convenientemente para o cultivo mecanizado. A isto associam-se as dificuldades encontradas pelos camponeses para a sua reprodução, em razão da precariedade da infraestrutura das comunidades, do baixo nível do consumo familiar e do trabalho degradante do roçado. Os camponeses venderam seus lotes aos chamados “gaúchos”, mas que também eram goianos, mato-grossenses, paranaenses, tocantinenses, a preços muito inferiores àqueles praticados nas regiões de onde vieram.

Assim, até 2011, de acordo com entrevista com os representantes da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Santarém, aproximadamente nove comunidades praticamente deixaram de existir e mais de trinta sofreram decréscimos populacionais significativos, sobretudo após a ativação do Porto da Cargill. Saídos de suas terras, muitos procuraram áreas de ocupação recente das cidades de Santarém e de Belterra; outros, permanecendo na agricultura, compraram lotes menores à beira das rodovias BR 163 e PA 370 com o propósito de ter um melhor acesso aos serviços urbanos, ou procuraram terras mais longínquas, devolutas, para se apossar, investindo o dinheiro recebido em meios de produção; e os mais jovens saíram convictos de que encontrariam empregos em municípios mais dinâmicos economicamente, como Juruti (PA), Trombetas (PA), Altamira (PA), Macapá (AP) e Manaus (AM). Aqueles que permaneceram, com as terras margeadas pelas plantações de soja, pressionados as transformações suscitadas por tal evento e a vontade de abandonar a situação precária que se encontram.

Este evento, entendido conforme Santos (2002, p. 95), como “o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente”, criou uma nova situação geográfica na região, ou seja, veio impor um conjunto de vetores ao meio preexistente, este já conformado por outros eventos geografizados (SILVEIRA, 1999), consubstanciando, então, a fronteira em lugar do encontro e do desencontro da riqueza do agronegócio com a pobreza do campesinato santareno, “que vive a roçar e queimar o mato” (OBERG, 2009, p. 182).

Analisamos os impactos da chegada do agronegócio da soja na reprodução dos territórios camponeses do Planalto Santareno. Metodologicamente concebemos esses encontros e desencontros como situação de fronteira, que reinventa a dinâmica dos lugares, suas paisagens e modo de vida; encontro que incorpora dialeticamente o lugar, *desenvolvendo-o*, subordinando-o a uma lógica estranha, que senão decreta a extinção do campesinato, promove sua reinvenção, recriação sobre novas condições espaciais. Escolhemos as comunidades de Tracúá, no município de Santarém/PA, e Jenipapo, no município de Belterra/PA, por representarem casos-limite, pois foram profundamente alteradas pelo avanço do agronegócio. Enfocamos esse evento tendo como marco inicial o ano de 1994, quando um conjunto de objetos e ações viabilizaram esta fração do espaço amazônico para a chegada dos primeiros sojicultores – e, conseqüentemente, a saída dos camponeses – aos territórios das aludidas comunidades.

Fundamentamo-nos em pesquisa de campo realizada nos anos de 2011 e 2012, onde realizamos entrevistas com moradores das comunidades em foco, bem como entidades representativas dos movimentos sociais. Ouvimos, em primeira pessoa, narrativas preocupadas com as transformações de seu modo de vida, historicamente caracterizado pela precariedade estrutural; metamorfoses de onde emergem o espaço do agronegócio. A primeira parte do texto é eminentemente conceitual, onde expomos o oriente metodológico desta reflexão, enfocando, sobretudo, o conceito de fronteira enquanto encontro de usos diferenciados e desiguais do território, sendo por uns concebido como abrigo, enquanto por outros como recurso. Na segunda parte, analisamos a situação geográfica onde houve o desencontro do agronegócio da soja com o gênero de vida do lugar, pontuando a reconfiguração do lugar. Pautando-nos nas histórias de alguns entrevistados, reconstituímos como suas vidas foram alteradas em função da compra de terras, da chegada do agronegócio da soja e da subordinação a que muitos ficaram em função de uma dinâmica exógena ao lugar.

Encontros

De acordo com Silveira (1999), todo evento cria uma situação geográfica nova. O evento do agronegócio no Planalto Santareno, constituído por um feixe de vetores exógenos, produziu outra “coerência espacial” ao se somar ao “sistema de eventos” do lugar (SILVEIRA, 1999, p. 22). Nesse acontecer solidário de objetos e ações, afirmado por Santos (2008), os projetos realizados simultaneamente no lugar tendem a ser desiguais e, não raro, divergentes; os conflitos e as contradições se instalam entre o novo e o velho, entre um projeto construído organicamente e de forma precária no lugar, o gênero de vida camponês, pautado em relações *não-capitalistas* de produzir, e um projeto onde o território é visto meramente como recurso, funcional às redes agroindustriais, numa relação tipicamente capitalista do período atual.

O Planalto Santareno acumula, assim, relações sociais com diferentes e divergentes temporalidades. O entendimento desse encontro passa, portanto, pelo domínio da história, o nexos horizontal do espaço, pois toda situação geográfica é, ao mesmo tempo, um resultado e um processo:

Toda situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e do ponto de vista dinâmico, um processo. Numa situação em movimento, os atores não têm o mesmo ritmo, movem-se segundo ritmos diversos. Portanto, se

tomarmos apenas um momento, perdemos a noção do todo em movimento. (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 95).

Neste sentido, somos conduzidos a compreender os momentos da construção da situação geográfica atual do Planalto Santareno, apreendendo “o seu movimento histórico” (SILVEIRA, 1999, p. 22). Ao longo do tempo, os eventos construíram sucessivas situações geográficas cujo encadeamento pode ser recortado em períodos, que deixaram suas marcas, complexificando mais e mais este espaço numa coexistência de múltiplas territorialidades e temporalidades. Tendo isso em conta, interpretamos as dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia à luz do conceito de fronteira, uma vez que os encontros de temporalidades históricas, das diversas frentes que se territorializaram e desterritorializaram na região, delineiam-na, segundo Martins (2009), como o lugar da alteridade. As noções de frentes pioneiras e de frentes de expansão contribuem para o entendimento das especificidades de como o território é usado pelas diversas e sucessivas frentes. A temporalidade de cada frente indica um uso e uma história onde o exógeno teve um papel decisor; isto é, uma forma de reprodução da vida social que nos permite examinar o desencontro que se dá no Planalto Santareno entre a frente do agronegócio globalizado e a frente camponesa.

O encontro do agronegócio com o campesinato de Tracuí e de Jenipapo revela o desencontro de temporalidades históricas que, fundamentalmente, nada mais é que o encontro do desigual, suscitando toda uma série de estranhamentos. Engendrado por este metabolismo social onde impera a propriedade privada, o estranhamento é entendido aqui, com base em Marx (2004), como a *desefetivação* do ser genérico do homem, do transformar os meios de produção da vida social em meios da vida individual, pois apropriados/dominados de forma privada. Efetivamente, é a exploração do homem pelo homem, nesta forma social, a subsunção ideal, formal ou real, do trabalho ao capital. O estranhamento tem um caráter subjetivo cujo fundamento é a exploração, isto é, ele é a distorção das capacidades humano-genéricas gerada pela cisão da objetivação social do trabalho com sua apropriação social, separando a subjetividade do trabalho da sua objetividade. Assim, o homem, em razão da divisão social do trabalho (como sinônima de propriedade privada), estranha a sua vida genérica, a si mesmo de sua “função ativa” (já não vê sua atividade como trabalho social) e, por fim, o próprio homem (MARX, 2004, p. 84-86). É assim que os camponeses por nós entrevistados olham o agronegócio: ao mesmo tempo deslumbrados, pela avançada técnica utilizada, e *desefetivados*, no abismo do tempo que os separa:

Eu acho a produção deles, assim, bonita, porque eles trabalham muito, né? A gente ficou aqui nesse meio. Mas, eles têm como trabalhar, né? Eles têm o maquinário deles, nós não temos; nós temos que trabalhar braçal, né? Eu acho bonito, assim. Mas não é cobiçando, tendo inveja do trabalho de ninguém não. (Entrevistado 1).

Hoje, o cabra não quer mais trabalhar naquele tempo daquela ideia primitiva. Eles se admiram muito desse plantio moderno. Mas aí, quem é que tem condições, que é pobre? Que é mais de duzentos reais uma hora de uma máquina? (Entrevistado 2).

Agente plantava arroz, mas agora chegou esse pessoal aí que desanimou até a gente, pois a gente passava o mês cortando arroz naquele cachinho, e o cabra agora mete uma máquina. (Entrevistado 3).

Você os viu produzindo? Até arroz eu compro, porque... aqui a gente produzia, mas não tem onde a gente beneficiar. Nesse pilão velho o cabra mata é um de pilar. (Entrevistado 4).

Ora, esse desencontro marcou toda a história social amazônica e, conseqüentemente, a do Planalto Santareno. Diversas frentes assentaram-se na região,

introduzindo relações que passaram a coexistir contraditoriamente e conflituosamente com as já existentes, deixando-a aberta sempre ao novo, tornando-a um espaço de fronteira. Por isso sua virtualidade – expressada por Becker (1990) –, que é fruto das contingências dos vetores estabelecidos difusamente em seu tempo-espaço. Resgatando sua formação mais geral, num primeiro momento, são aqueles ligados à economia das chamadas drogas do sertão, do látex, da castanha; mais adiante, aqueles dos grandes projetos, do Programa de Integração Nacional, da mineração, do agronegócio. Nesse intermédio, engendraram conflitos específicos, pois se voltaram sobre os territórios ocupados por sociedades indígenas (originariamente) e sobre aqueles de populações territorializadas diversamente nesse devir, mas incluídos marginalmente nas formas produtivas mais modernas, como os camponeses.

Essa heterogeneidade da fronteira amazônica não se refere a modos de produção distintos. O que temos são relações com datações diferentes, pertencentes, de acordo com Martins (1990), a um mesmo processo social, que escapam à análise daqueles que pensam o presente (o espaço) como o “inteiramente presente e aparentemente dado”, como nos fala Lefebvre (1981b), sem desenvolvimento e estéril. Entender a contemporaneidade amazônica numa perspectiva geográfica significa reconhecer que o passado persiste.

Evidencia-se, assim, seu movimento contraditório, onde, a um só tempo, novas e antigas relações são incorporadas e/ou redefinidas, destroçadas e/ou “desfiguradas” (RIBEIRO, 1970) numa velocidade intensa. Os pesquisadores, segundo Martins (2009), atribuem noções explicativas particulares para entender a questão, não raro fragmentando-a ao privilegiar seus campos disciplinares. Este autor destaca dois olhares representativos. De um lado, aqueles interessados pela urbanização do território, por sua modernização: a *frente pioneira* dos geógrafos; do outro, os preocupados com os “avanços da civilização” sobre os territórios das populações indígenas e tradicionais: as *frentes de expansão* dos antropólogos. Lá e cá, expressam diferentes interpretações da dinâmica territorial da sociedade moderna, do processo do capital, tratando-se não de uma dualidade, mas de uma unidade: a frente pioneira, marcada pela precedência do capital na produção, e a frente de expansão, sem essa primazia, embora mediada (e dominada) de alguma forma por ele.

Martins (2009), indo além, afirma que as frentes, “mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e de viver no espaço novo” (MARTINS, 2009, p. 135). Esta ideia aproxima-se de nossa discussão: as frentes como movimento, pautado em novas relações sociais que recaem dialeticamente sobre um determinado substrato espacial, inserindo novos usos aos territórios. Nesse sentido, entendemos a fronteira amazônica a partir do entrecruzamento das frentes de expansão e das frentes pioneiras, em sua *unidade-desunidade*, percebendo-se a contradição que se circunscreve no desencontro de temporalidades e territorialidades ao longo do tempo.

Conta-nos Velho (1972) que, a partir da abertura da Transamazônica, surgia um novo camponês na região, nem pioneiro, nem não-pioneiro; estando distante dos limites da fronteira demográfica e da fronteira econômica e próximo à submarginalidade, como ele observara na região de Itacaiúnas, no estado do Pará. O autor mostra as fases desse processo, que culminaria com a inserção capitalista e expansão das frentes camponesas (submarginalizadas) para adiante:

(...) a região do Itacaiúnas estaria sendo um laboratório onde se engendrariam as soluções capitalistas para a conquista por etapas da Amazônia: agricultura marginal de subsistência, estradas, pequena produção agrícola mercantil, pecuária intensiva e grande exploração mineral; quando possível partindo de uma produção extrativa tradicional ou nova que auxiliasse uma acumulação local. (VELHO, 1972, p. 168).

Este esquema é representativo das dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense, especialmente a partir da década de 1970. Baliza as etapas de sua incorporação pelas diversas frentes, acenando para uma mais avançada, a frente pioneira.

Mas esta é antecedida, em regra, por outra(s), não descartada(s), que daria(m) as condições necessárias à sua implantação: a(s) frente(s) de expansão.

Interpretada pelos antropólogos como movimento de “expansão da civilização” (MARTINS, 2009) pautado numa “imperfeita” relação com o mercado, as frentes de expansão se referem à ocupação de lugares que se encontram à margem, caso dos camponeses, que embora o uso de seus territórios seja limitado tecnicamente, conseguiram se reproduzir se apropriando estrategicamente do espaço por meio de seus gêneros de vida.

Parcela da fronteira demográfica precariamente absorvida pela fronteira econômica, as frentes de expansão são alicerçadas na economia de subsistência e/ou em trocas comerciais deficientes. As relações sociais de produção, desta forma, não se destinam à acumulação; a terra não resume-se a valor de troca e nem condição para empreendimento econômico capitalista. Para Martins (1975), “o que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro” (p. 46).

As frentes pioneiras, por seu turno, representam o movimento da modernização, a urbanização técnica e “espírita” do território (expansão “num contexto urbano”, segundo Becker (1990)), base logística, mas também ideológica, para a sua rápida ocupação pelas diversas frentes capitalistas. A Amazônia pós-1960 é arquetípica deste processo, onde a urbanização do comportamento, provido, em grande medida, com a instauração das redes de comunicação, precedeu a da paisagem, facilitando, com isso, o fluxo requerido pelo mercado. Porém, o que substancialmente define a frente pioneira não são as novas relações de produção e de reprodução capitalistas, como o trabalho assalariado ou o modo de vida urbano, e sim a “instauração da propriedade privada da terra” (MARTINS, 1975, p. 49), a fundamentação da terra como valor de troca, condição essencial para o desenvolvimento da fronteira econômica.

Foi assim que se instalaram a maioria dos conflitos na região. Na luta pela reprodução das territorialidades ali alojadas, muitas foram desarticuladas pelo choque de diferentes direitos: o do uso e o da posse. Principia, segundo Martins (2009), uma relação de alteridade, comandada, em regra, pelo detentor das estratégias coadunadas ao aparelho de Estado, propiciando acesso ao poder institucional à produção de normas, à regulação que reduz as diferenças às repetições. Que é também, conforme Lefebvre (2000), um domínio do vivido pelo concebido, do uso em face da troca. Engendram-se processos redefinidores das condições políticas, culturais, técnicas e econômicas das classes e frações de classes.

Para Martins (2009, p. 134), “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece”. Na realidade, os conflitos são transportados para outra instância. A fronteira começa a se fechar quando o acesso à terra só é possível por meio da compra. Os espaços que outrora eram adquiridos por “iniciativa individual” agora só por intermédio do dinheiro. A questão do acesso à terra se transfere para o plano jurídico. A esfera estatal e seu ordenamento jurídico atuam mediando os conflitos, ao mesmo passo em que estes são internalizados pela sociedade. Tomemos um exemplo, Hébette (2004), quando analisa a ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Amazônia, mostra que a ação estatal teve um papel fundamental neste processo, ao difundir a ideologia capitalista da propriedade da terra, formalizando seu acesso para, ao fim, atender aos interesses da expansão capitalista na região.

Na situação de fronteira emerge um espaço de fenômenos sociais complexos, sendo insuficiente sua simples descrição. Descobrem-se relações que, se a intenção do pesquisador é a profundidade da análise, é necessário buscar o domínio da história, pois, como afirma Lefebvre (1973, 1981b), no espaço coexistem relações que pertencem a períodos diferentes do seu desenvolvimento social que agem sobre o atual. Esta tese, retomada por Martins (2009) para a discussão do conceito de fronteira, refere-se à noção de formação econômica e social, inicialmente encontrada em Marx (*apud* LEFEBVRE, 1969) e que Lefebvre (1969), ao examinar o pensamento de Lênin, mais particularmente o seu

conceito de desenvolvimento desigual (posteriormente aprofundado e complementado por Trotsky (1950)), a eleva, como afirma Martins (1996), a um patamar cujas possibilidades não foram suficientemente exploradas pelo pensador alemão.

A noção de formação econômico-social compreende a de desenvolvimento desigual e a ultrapassa. Abrange, além da unidade da diferenciação produzida e reproduzida pelo capital, a ideia de que nem toda relação social possui a mesma data. E mais, que essas relações estão em coexistência no atual: “o diverso não é – ou não é necessariamente – contemporâneo” (MARTINS, 1996, p. 17). As contradições não estão circunscritas, a nosso ver, unicamente aos conflitos entre as classes sociais, mas também ao encontro-desencontro – possibilitado pelo espaço – de diversas territorialidades resultantes de relações diferentemente datadas.

Para Lefebvre (1969) esta noção tem implicações também metodológica. Enquanto teoria, no seu núcleo está a própria constituição do homem que, ao agir sobre a natureza, transformando-a, muda a si próprio e sua relação com o meio. O homem, segundo Marx e Engels (2007), torna-se homem produzindo suas condições materiais de existência, objetivando sua “prévia-ideação” (determinação geral) (LESSA; TONET, 2008). Porém, ao mesmo tempo, por conta da propriedade privada dos meios de produção da vida (sob o domínio do capital – determinação específica), sua própria criação, sua objetivação, volta-se contra ele, em “uma natureza que não se humaniza e nem liberta o homem de suas limitações e reduções” (MARTINS, 1996, p. 15), não obstante todo o desenvolvimento das forças produtivas.

Temos um descompasso entre o econômico e o social, este estando aquém daquele. Esse desencontro assinala a história do capitalismo, onde as possibilidades produzidas pelo homem são amputadas, abrindo-se um fosso entre ele e sua obra, “condição da demora entre a criação da possibilidade da sua humanização crescente e essa mesma humanização” (MARTINS, 1996, p. 19). As raízes estruturais da coexistência de tempos históricos estariam aí, no “atraso do real em relação ao possível, o social em relação ao econômico” (MARTINS, 1996, p. 20) – inseridos aqui não somente o passado e o presente, mas o futuro, o possível, realizável ou não.

As possibilidades não concretizadas pelo homem (reflexos da alienação/estranhamento) envolvem a noção de formação econômico-social, que traduz a “sedimentação dos momentos da história humana” (MARTINS, 1996, p. 15). Significa dizer que, na contemporaneidade, “coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro” (MARTINS, 1996, p. 15).

Para Lefebvre (1981a) o atual comporta uma dupla complexidade. A primeira é relativa à mesma época histórica, refletindo antagonismos sociais e políticos contemporâneos; a segunda, à “coexistência de formações de épocas e datas diferentes” (LEFEBVRE, 1981a, p. 166), em uma “justaposição paradoxal”, onde é possível encontrar, lado a lado, o “mais arcaico” com o “ultra moderno” (LEFEBVRE, 1981a, p. 165). Essas duas complexidades (horizontal e vertical) “entrecruzam-se, recortam-se e agem uma sobre a outra” (LEFEBVRE, 1981a, p. 166). Nesse sentido, faz-se necessária uma metodologia adequada para desemaranhar relações tão distintas e distantes.

É este, conforme Martins (1996), o retorno a Marx realizado por Lefebvre, ao que lhe é irredutível: o método dialético. Na concepção lefebvriana, para se dar conta dessa dupla complexidade (presente de forma mais clara no mundo rural), deve-se proceder três momentos à investigação. No primeiro, descritivo, recorre-se à simples observação, porém munida de uma teoria geral. “Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado” (MARTINS, 1996, p. 21). O segundo momento, analítico-regressivo, é o da análise, onde o pesquisador procede a um esforço para datar com precisão cada relação social, perdida no tempo social. “O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica” (MARTINS, 1996, p. 21). E o terceiro momento, histórico-genético, é aquele em que o pesquisador retorna “ao atual anteriormente descrito para reencontrar o presente”, mas já “elucidado, compreendido: explicado” (LEFEBVRE, 1981a, p. 173).

O segundo momento é a ponte para a compreensão apropriada da realidade da fronteira, pois é aquele onde buscamos o conteúdo e os efeitos de cada frente. O que existe na fronteira são conflitos de territorialidades desencontradas no tempo da história. Enquanto implicação metodológica, o conceito de formação econômico-social é um aporte à análise, na decomposição das temporalidades sedimentadas e reunidas nesse espaço pelas frentes, produzindo-se uma datação histórica da fronteira.

Martins (2009) nos traz esse recurso. A partir da diferenciação de fronteira demográfica e fronteira econômica (que não coincidem, sendo a fronteira demográfica avançando, na maioria das vezes, antes da ocupação econômica) é possível propor:

(...) adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, à frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está à frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da econômica capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. (MARTINS, 2009, p. 138).

As frentes de expansão seguem a fronteira demográfica, significando, em um primeiro momento, os agentes da civilização. As frentes pioneiras, que necessitam da precedência das frentes de expansão, acompanham a fronteira econômica. Estes são os agentes da modernização. A fronteira é o lugar do encontro de temporalidades e territorialidades diversas, em unidade contraditória, com seus próprios ritmos e formas de utilizar o tempo e o espaço, apresentando, assim, lógicas diferentes de uso do território.

No Planalto Santareno, as frentes de expansão camponesas que se assentaram desde o período colonial, conformando vários pontos de produção de gêneros alimentícios para suprir a demanda santarena, acompanharam as diversas frentes pioneiras, seja como suporte à produção e reprodução da força de trabalho da cidade exportação (por exemplo, nos períodos das drogas do sertão e da borracha), seja como um movimento cooperador para as profundas transformações do território – isto é, provendo de mão-de-obra barata para os fins especificamente capitalistas; facilitando o desbravamento das frentes madeireiras, que sempre tiveram uma relação muito próxima com esse campesinato: extraíam a madeira e, em troca, proporcionavam-lhe alguma renda e ainda a abertura dos ramais necessários ao escoamento de suas produções, ou mesmo, em nosso caso, fornecendo as condições necessárias (as terras antropizadas e baratas e uma mão de obra volante) para o avanço do agronegócio na região.

Desencontros

Desde a década de 1990 as terras usadas pela agropecuária no Planalto Santareno são cobiçadas por produtores de soja do centro-sul do país, pois representam uma economia significativa para o preparo do solo à mecanização, sobretudo aos pequenos produtores menos capitalizados. Assim iniciou o encontro do agronegócio com os camponeses da região, cujas condições de existência estavam extremamente fragilizadas. A partir de então, onde se abria a juquirá a terçado e machado e semeava-se e colhia-se com a mão, passou-se a ver máquinas que, em poucas horas, consumia esse trabalho de semanas, substituindo as poucas tarefas de mandioca que evitava a fome de várias famílias por grandes plantações de soja para o benefício de poucos.

Data de 1994 a primeira experiência de plantio de soja em Santarém. Foi uma empreitada de um grupo empresarial local, o Grupo Quincó, em sua propriedade na Serra do Diamantino, localizada a poucos quilômetros da sede do município. A iniciativa, mesmo supervisionada pela Embrapa, não foi bem sucedida, pois os cultivares testados

apresentaram encurtamento de ciclo. Isto levou o governo do Estado do Pará, em 1996, a contratar uma firma especializada para estudar, em parceria com aquele grupo privado, a viabilidade econômica da soja na região, induzido, principalmente, pelos rumores do asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), visto como estratégico para o crescimento econômico do país.

A firma contratada, a paranaense Agrária Engenharia e Consultoria S.A., realizou diversos experimentos com cultivares de ciclos mais longos, visando padrões de produção comerciais, utilizando “tecnologia avançada e mecanização em todas suas fases” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997, p. 35). Esta colheita resultou na primeira exportação de soja (165t) de Santarém, em 1997, rumo a Roterdã na Holanda (HOMMA, *apud* ALMEIDA, 2005).

De posse desses resultados, que atestavam a viabilidade técnica e econômica da produção da soja no Planalto Santareno, representantes do governo, políticos profissionais (inclusive o próprio prefeito de Santarém à época) e empresários locais viajaram para o Mato Grosso para propagandear o potencial de produção do grão, que girava em torno de 50 sacas por hectare. Foi assim que, a partir de 1997, começaram a chegar os primeiros sojicultores do Sul e Centro-Oeste do país às terras desse “espetacular achado” (AGRÁRIA ENGENHARIA E CONSULTORIA S/A, 1997, p. 4). Esse movimento foi impulsionado em 1999, quando foi assinado, junto à Companhia Docas do Pará (CDP), um contrato de concessão para a instalação de um porto de granéis sólidos da multinacional Cargill S.A., a se localizar em frente à cidade de Santarém. Antecipando-se à conclusão da obra (inaugurada em 2003, sem qualquer consideração às leis ambientais do país), esta *trading*, a partir de 2000, já implantava a proposta do preço portuário da soja (estabelecido nas cotações do mercado de futuros), atraindo dezenas de produtores. A partir de 2003, com a inauguração do porto graneleiro da Cargill, os municípios de Santarém e de Belterra se consolidaram no cenário estadual de produção dessa importante *commodity*.

Como se vê, a abertura de tal fronteira agrícola contou com a participação direta do Estado. Na esfera estadual de governo, no final da década de 1990, elaborou-se uma série de medidas para incentivar a produção da soja na região, disponibilizando crédito para o desenvolvimento de pesquisas (sob o apoio do PROCEDER – Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento de Cerrados), instituindo programas de fornecimento de suporte técnico e logístico aos produtores (como o “Programa Pão-Nosso”, que previa a compra de máquinas agrícolas, armazéns de estocagem, apoio a melhoria da produtividade, dentre outras) e, até mesmo, propagandear a atratividade e a disponibilidade de terra do Planalto Santareno para tal fim agrícola (ALMEIDA, 2005).

A Prefeitura de Santarém, por sua vez, nessa mesma época, “com a intenção de aproveitar as áreas degradadas ou utilizadas em culturas de baixo retorno” e tornar “o município autossuficiente com relação aos produtos derivados da soja e transformá-lo, gradativamente, em um novo polo exportador” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997, p. 34-35), estabeleceu suas metas, transcritas abaixo:

1 – Integração com o Grupo Quincó e seus consorciados paranaenses para o completo acompanhamento dos plantios experimentais em desenvolvimento. 2 – Integração com as entidades de assistência técnica e extensão rural (EMATER, SAGRI E CEPLAC), com a EMBRAPA e com a iniciativa privada para a execução do programa. 3 – Promover cursos, seminários, treinamentos, dias de campo e outras atividades para difundir a tecnologia do cultivo da soja. 4 – Atrair empresários e agricultores das regiões produtoras para investir no cultivo e na industrialização da Soja. 5 – Adquirir sementes de cultivares mais adaptados às nossas condições de solo e clima para venda ou distribuição aos interessados na cultura. 5 – Adquirir uma patrulha mecanizada para apoiar pequenos e médios produtores que queiram investir na cultura da Soja, mas que ainda não dispõem de equipamentos próprios. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997, p. 36-37).

Iniciou-se uma intensa procura pelas terras do Planalto Santareno, sobretudo as utilizadas pela pecuária extensiva (que, acometida pela febre aftosa, vinha passando por uma grave crise de exportação) e pela agricultura camponesa, que já há muito passava por sérias dificuldades. No final da década de 1990, essas terras foram compradas a preços risíveis, a cinquenta, setenta, cem reais o hectare. Depois os preços saltaram para mil, mil e quinhentos reais, chegando, nas áreas mais valorizadas (às cercanias da cidade de Santarém), a três mil o hectare. Mas, ainda assim, preços bem abaixo do praticado no Centro-Sul do país, que, segundo Bickel (2004), beirava os vinte mil reais o hectare. Esta especulação fundiária despertou a ação ilegal de imobiliárias privadas (inclusive, com a participação de órgãos oficiais) para mediar a compra dessas terras públicas (MONTEIRO, 2008). Assim, grandes manchas do Planalto Santareno – um espaço não plenamente estruturado (BECKER, 2004) – foram então apropriadas, velozmente, pelo agronegócio da soja para os fins da acumulação capitalista.

Os novos adquiridores dessas terras, interessados em desenvolver as lavouras da soja nesse meio novo e particular, deveriam observar determinados ajustes. Foi com esse propósito que a Cargill, em 2001, preparou um relatório detalhado (CARGILL, 2001) para que esses produtores evitassem os equívocos das experiências anteriores e maximizassem o capital investido, para tornar a empreitada técnica e economicamente viável. Fora recomendado o seguinte: (a) introdução da safrinha (sobretudo do arroz e do milho) como forma de aplainar o terreno para receber o maquinário da soja; elevar o uso do capital fixo (maquinário, terra), fornecendo uma renda extra ao produtor (a ser investida, até mesmo, na capitalização da soja); proporcionar a rotação de culturas (no sentido de diminuir a exaustão do solo); adicionar uma cobertura morta ao solo (para protegê-lo contra erosões); controlar o alastramento de ervas daninhas (que competem com a soja por nutrientes); (b) correção da acidez do solo com calcário (anulando o surgimento de elementos tóxicos prejudiciais à planta); (c) uso de cultivares com ciclos mais longos (provenientes da região de Balsas/MA), que compensam o menor período de insolação da região; (d) uso de um calendário agrícola específico; (e) investimento em capital fixo próprio, sobretudo maquinário (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, etc.), no sentido de agilizar os trabalhos no momento em que as chuvas que caem na região (e que torna seu solo argiloso impraticável) dão uma trégua.

Os primeiros sojicultores a chegar foram aqueles menos capitalizados do Centro-Sul do país, denominados por Monteiro (2008) de “migrantes”. Estes tinham pequena propriedade de tipo familiar nos seus estados de origem que, com a valorização das terras e com os altos custos de produção requeridos pela soja, se viam impossibilitados de reproduzirem suas gerações futuras e de produzirem nos altos níveis tecnológicos exigidos pelas *tradings*. Isto os impulsionava a vender seus poucos (mas valorizados) hectares (25, em média) e adquirir áreas bem mais extensas (até 50 vezes maiores) e muito mais baratas no Planalto Santareno, sobrando um capital para investir na produção da soja. Nessa mesma leva, havia ex-funcionários de fazendas de soja, como gerentes, que, com o perfil de “empreendedores”, viam as terras baratas da região como oportunidade para começar a sua própria lavoura, apesar do pouco capital que possuíam. Esses produtores conformaram um movimento:

(...) de caráter mais autônomo, em parte marginal, negociando seus favores nos escalões locais do Poder Público por meio da administração [como foi o caso dos incentivos das Prefeituras de Santarém e de Belterra à época], ou abrindo seus próprios caminhos quando estes não os favorecem. (MONTEIRO, 2008, p. 259).

Outro perfil de sojicultor começa a chegar a partir das notícias de que a Cargill se estabelecerá na região. Ao contrário do primeiro – que vendia sua pequena propriedade para se aventurar no Planalto Santareno –, este veio expandir seus negócios na região, mantendo sua(s) propriedade(s) em seu estado de origem, em razão de ser mais capitalizado (MONTEIRO, 2008). O movimento conformado por este tinha, por seu turno, um caráter mais institucional, influenciando, inclusive, o direcionamento de políticas estatais

para o benefício deste tipo de agricultura (MONTEIRO, 2008). Contudo, estes ainda são a minoria dos produtores de soja da região, conforme aponta o relatório da EMBRAPA (2007, p. 246):

(...) o típico produtor mecanizado que chega à Santarém no início do século XXI, é representado pelos derrotados na concorrência travada em áreas do sul e centro-oeste do Brasil. Isto não exclui a presença de grandes produtores, com propriedade de até 40.000 hectares e com áreas plantadas acima de 1000 hectares de soja. Estes são ainda as exceções.

Plantando em média 100 ha de grãos, esses produtores “típicos” são classificados, conforme “os critérios utilizados pelos órgãos de financiamento à produção” (EMBRAPA, 2007, p. 245), de “pequenos produtores”. Do total de produtores da região, aproximadamente 50%, segundo as informações prestadas pelo SIRSAN (Sindicato Rural de Santarém), possuem apenas funcionários temporários; 30% possuem até dois funcionários e apenas 20%, os classificados como médios e grandes produtores, têm mais de dois funcionários. A base da força de trabalho empregada é familiar e somente contratam mais trabalhadores quando mais necessitam de ajuda (especialmente na preparação do terreno para a mecanização e na época do plantio e da colheita). Esta reduzida utilização de mão-de-obra se explica pela alta composição orgânica de capital investido na produção da soja, marcando-a como uma indústria que gera escassos empregos diretos. A maior parte dos empregos gerados está ligada aos serviços que acompanham esta atividade: empresas de assistência técnica, revendas e manutenção de máquinas e implementos, transporte rodoviário e fluvial, armazéns de limpeza, secagem e beneficiamento de grãos, dentre outras.

Os primeiros produtores a plantar soja na região contaram apenas com seus próprios recursos para financiar sua produção. Com a implantação da Cargill (em 2000, como nos referimos alhures), este financiamento passa a seguir o sistema “soja verde”. Aqui, a empresa antecipa a compra da soja (sob juros de 1,2% a 1,6% ao mês) como forma do produtor adquirir (normalmente por meio de carta de crédito) os insumos necessários para a produção. Este sistema somente é possível em razão da “própria forma como os contratos internacionais de compra de soja são realizados, com base em cotação em bolsa de commodities, que permitem o contrato *forward*” (EMBRAPA, 2007, p. 244). A produção, por esta via, é a garantia do financiamento, o que é fundamental para a efetivação da empreitada, pois noutras formas de financiamento a terra é a garantia exigida; contudo, no Planalto Santareno, 95% desses produtores não possuem os títulos definitivos.

Segundo Coelho (2009), mais de 90% das terras ocupadas pela soja na região são em áreas antropizadas. Há tempos boa parte destas são aproveitadas por camponeses, com baixo impacto sobre a floresta, pois raramente trabalham mais do que 1 hectare de terra a cada dois anos; após esse período, a terra fica em repouso para ser utilizada novamente.

Tanto a pecuária regional, quanto a agricultura camponesa, pouco resistiram às investidas das imobiliárias que intermediaram a compra das terras do Planalto Santareno para os sojicultores do Centro-Sul do país. As dificuldades estruturais para se obter água, as condições precárias das estradas e do transporte, a falta de escola, dentre outras, que estimulavam os camponeses a abandonar seus lotes bem antes, agora justificavam a sua venda para, assim, tentar buscar um lugar melhor para viver.

As famílias camponesas do Planalto Santareno saíram por coação social de suas posses, acreditando que o dinheiro oferecido lhes proporcionaria menos privações em outro lugar. Aceitavam, então, no início, preços minúsculos pelas terras. No começo da década de 1990, o preço médio de um lote de 30 hectares na região era de três mil reais, dinheiro que, a outros olhos parece pouco, os camponeses não tinham o costume de ver e que somente durante muitos anos de trabalho duro poderiam conseguir (isso caso não tivessem que consumi-lo!). Logo, praticamente “entregavam” suas posses.

O mercado de terras no Planalto Santareno aqueceu-se, especialmente após o estabelecimento do preço portuário da soja em 2000 pela Cargill, fazendo aumentar a procura e o preço das propriedades rurais. Segundo Araújo *et al.* (2008), o preço do hectare de terra cultivável nas áreas melhor localizadas do Planalto Santareno, como em Mojuí dos Campos ou na vila do Tabocal, saltou de cem reais para mais de mil reais; e do hectare mecanizável, de trezentos reais para até três mil reais. Isto gerou concentração fundiária na região, com grandes extensões de terra passando às mãos de poucos capitalizados produtores, cujo percentual de desflorestamento (20%) agora é ocupado por centenas de hectares de arroz e de soja.

Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTRS), até 2003, mais de 500 famílias haviam vendido suas posses para os fins do agronegócio. Com as notícias de que muitos agricultores haviam consumido o dinheiro da venda e estavam passando por situações de penúria, engrossando as filas do desemprego e do subemprego nas cidades de Santarém e Belterra, este sindicato, em conjunto com o de Belterra, lançou uma campanha para conscientizar os camponeses a não deixar suas propriedades, pois estas seriam “a fonte de sobrevivência da família”. O fato é que a venda de lotes diminuiu, mas não em razão de tê-los despertado a consciência do peso das benesses de suas terras, mas porque os camponeses passaram a perceber que o preço que estavam recebendo por elas não lhes forneceria melhores dias em outros lugares, sobretudo nas cidades.

Nesse processo, com a valorização das terras proporcionadoras de maior renda diferencial, dezenas de camponeses e pecuaristas, com o dinheiro da venda de suas propriedades em mãos, passaram a procurar novas terras, mais distantes, em áreas não tão valorizadas da região, por exemplo, nos assentamentos Moju I e II, Corta-Corda, Ituqui e na gleba Pacoval, sendo acompanhados, inclusive, por outros sojicultores menos prósperos, vindo a engendrar, segundo Araújo *et al.* (2008), diversos conflitos fundiários. Foram nessas novas áreas de expansão da pecuária, da agricultura familiar e da sojicultura que ocorreram grilagens de terra, com episódios de violência e expulsão de famílias camponesas e ameaças a lideranças comunitárias.

Nas comunidades de Tracuá e de Jenipapo tais conflitos não existiram (Mapa). As famílias que ali se reproduziam viram no dinheiro oferecido uma possibilidade de amenizar a penúria de suas vidas, sendo necessário apenas o vil metal para persuadirem a deixar seus lotes. Todas venderam suas terras, desde as famílias mais novas a se estabelecer nessas comunidades, provenientes do período áureo do garimpo no Rio Tapajós da década de 1980 ou das políticas de integração nacional da década de 1970 até as mais antigas, dos primeiros momentos de suas ocupações, deixando, assim, de lado qualquer sentimento de pertencimento que porventura pudessem ter. E tanto os jovens, no auge de suas forças laborais, quanto os idosos, cansados de anos de trabalho árduo e vida sofrida, também partiram.

Eram aproximadamente 60 famílias que viviam na localidade de Jenipapo e 40 na de Tracuá antes que o agronegócio da soja chegasse. Até 2012, somente duas permanecem em Tracuá, uma constituída por um casal que não pode ter filhos e a outra por apenas um membro, abandonado pela mulher e pelos filhos; em Jenipapo, dez, compostas, em sua maioria, por anciões solitários.

Foram três, considerados produtores pequenos, que compraram as terras dos camponeses em Jenipapo e apenas um, considerado grande, em Tracuá. Adquiriram estas há aproximadamente uma década e pagaram por elas preços ainda mais baixos que os praticados no restante da região: cento e vinte e cinco, setenta, quarenta, até trinta e cinco reais o hectare, segundo os relatos dos camponeses.

Após a atuação do Ministério Público Federal – desmantelando as imobiliárias que negociavam terras públicas – e o aumento do preço das propriedades, o processo de compra ficou mais lento, passando a ocorrer de modo direto entre sojicultores e camponeses. Eram estes, na maioria dos casos, que ofereciam suas terras ao “gaúcho”, em desespero, aceitando qualquer preço por elas; em outros, tentavam negociar com mais calma um “preço mais justo”, mesmo sob pressão dos familiares para logo deixarem aquela

comprando um pequeno lote, permanecendo a produzir na localidade. Esta estratégia tem suas razões na melhor acessibilidade que conseguem obter aos serviços urbanos, como água, energia elétrica, saúde, educação e transporte, por estarem à beira da rodovia, próximo da cidade de Belterra. Conservaram uma parte do terreno em Tracuí como forma de ajudar a subsistência da família, cujos filhos foram os maiores incentivadores para que o pai realizasse esse tipo de negócio, no sentido de facilitar seus acessos aos seus novos empregos, haja vista que não trabalham e não querem mais trabalhar com o roçado. Mas o dinheiro que conseguem como moto-taxistas, borracheiros, pedreiros, subcontratados, entre outros, é insuficiente, e quando não estão em suas ocupações principais, os homens ajudam o pai no roçado deixado na localidade para complementar o consumo.

As duas famílias remanescentes e residentes em Tracuí são descendentes de um camponês aposentado que vendeu parte de seu terreno ao sojicultor e resolveu se mudar para a beira da BR-163 com sua mulher, também aposentada, por conta de suas idades avançadas. Este pai, então, deixou alguns hectares em Tracuí para quatro de seus filhos extraírem o sustento de suas famílias. Contudo, destes quatro, dois o seguiram e foram morar ao seu lado, com o propósito de facilitar a ida de seus netos à escola e aos novos empregos, e os outros dois são os chefes das famílias – referidas acima – que ainda moram na localidade. Estes camponeses, com mais de quarenta anos de idade, que nasceram e se criaram lá, afirmam que “não acompanharam o pai porque não possuem filhos e também porque não podem vender a terra que estão, que é herança também dos outros irmãos, para poder se mudar e comprar outro lote” (Entrevistado 5).

Por motivos bem diferentes, na localidade de Jenipapo, foram sete as famílias que não quiseram vender a totalidade de suas propriedades aos sojicultores. Dentre estes motivos está, sem dúvida, a idade avançada de quem ficou. Decidiram permanecer em razão da segurança que o labor da terra lhes proporcionava para conseguirem se aposentar, pois não tinham mais forças para buscar outra terra para trabalhar, cansados de se aventurar pelos lugares atrás de melhores condições materiais de existência. Jenipapo, assim, ainda poderia lhes oferecer algo melhor.

Dentre essas sete famílias apenas uma que seu chefe ainda não conseguiu se aposentar. Outras seis conseguiram, mas nem podemos considerá-las como tal, pois somente em duas delas convivem mais que uma pessoa: em uma, pai e filho, e em outra, mãe e filho; no restante, moram senhores solitários, cuja prole já se emancipou e não deseja retornar definitivamente ao lugar e cujas companheiras ou já morreram ou os deixaram.

Se hoje não vendem suas terras é porque não desejam viver sozinhos na cidade ou se mudar para lugares mais distantes, longe dos familiares, visto que o preço dos terrenos mais próximos aumentou muito. Agora compreendem, de modo mais nítido que os outros que partiram, que o dinheiro oferecido pelos sojicultores não lhes proporcionaria uma vida melhor do que a que possuem. Receberam, inclusive, notícias de vizinhos que se retiraram que estão em uma situação de penúria, como relatado por nosso entrevistado, um camponês remanescente:

Aqui no fundo, a uns quinhentos metros, tem um campo de soja. São vinte hectares. Aí o cara “deu”, parece, por quatro mil os vinte hectares. Ele achou que era muito dinheiro e se meteu para Belterra. Não construiu nenhuma casa que prestasse, pior que quando ele morava aí. Lá, que eram vinte hectares, ele [o sojicultor] deu só quatro mil, aqui, que é só cinco, o cara deve dar só uns mil. Não vendo não (Entrevistado 6).

Os aposentados recusaram negociar suas terras pensando na segurança que elas poderiam oferecer aos seus filhos. Apesar da maioria destes não mais trabalharem no roçado e nem possuírem como “ideal de vida” a agricultura, esses aposentados sabem – porque também tiveram trajetórias e anseios parecidos (aventuraram-se pelos garimpos, pelas cidades, nos grandes canteiros de obras, etc.) – que a vida que seus filhos encontrarão pela frente pode lhes deixar sem condições mínimas de subsistência, imersos

em empregos precários ou mesmo convivendo com a falta deles, podendo recorrer, no porvir, a este pedaço de terra que estão.

Para tais famílias é a aposentadoria rural que possibilita sua reprodução no lugar. Como não possuem forças nem saúde suficientes para o trabalho duro da produção da farinha de mandioca, que necessita de muitos braços para a sua preparação (sobretudo na casa de farinha), este foi abandonado. Alguns ainda cultivam a raiz, em pouca quantidade, e, mesmo assim, contam com o trabalho de outrem para a semeadura e a colheita, pagando-o com os seus benefícios. Ao final, em parceria com outras famílias da localidade, cedem-na para em troca receber um pouco da farinha produzida, sem o objetivo, contudo, de comercializá-la.

Como o dinheiro de suas aposentadorias é insuficiente para suprir suas carências, procuram complementá-lo com alguma atividade produtiva. Porém, em função da idade avançada, são obrigados a se dedicar a cultivos onde o esforço físico seja menor, como o do milho e da banana ou a coleta de frutos e produtos florestais, mesmo que o retorno financeiro não seja tão satisfatório se comparado com o da farinha. Carregam esses produtos para a margem da rodovia, de onde, em barracas improvisadas, esperam os transeuntes ou mesmo algum atravessador para negociá-los, uma vez que não frequentam mais as feiras locais.

O benefício da aposentadoria é insuficiente, porém seria pior sem ele, que ajuda em situações difíceis, como em caso de doenças ou de extrema escassez, além de proporcionar o acesso a determinados bens que não podiam atingir, como, por exemplo, um aparelho eletrônico, ou mesmo, alimentos mais variados para a sua provisão. Curiosamente, somente agora conseguiram acesso aos empréstimos e sem quaisquer obstáculos (pois não se trata de crédito rural): os famigerados consignados, que os camponeses usam para fins ordinários, como a compra de adubo, de ração para as galinhas caipiras, de defensivos, para pagar uma diária, entre outros.

Em face de tamanha diferença que a aposentadoria têm lhes proporcionado – tanto para a satisfação de suas carências vitais quanto para a diminuição das fadigas do trabalho – que os relatos acerca de como conseguiram tal benefício ganham ares de verdadeiras epopeias. Com entusiasmo, um velho camponês, com mais de 60 anos de idade, contou-nos que, certa vez (em 2008), foi tentar a sorte em Santarém para conseguir dar entrada em sua aposentadoria. “Tentar a sorte” porque, por diversas vezes, as idas foram infrutíferas, pois sempre faltava algum detalhe (documento). Para sua surpresa (quase não acreditando na notícia), a assistente social lhe disse que sairia aposentado no mesmo dia. Mas não foi tão fácil. Como só havia levado dinheiro para a condução, pois não esperava a boa-nova, teve que passar o dia inteiro com fome, enfrentando diversas filas, mas, ao final, saiu recompensado: no mês seguinte havia duzentos e quarenta reais em sua conta, que, mesmo não sendo o valor integral (R\$ 415,00), ficara muito satisfeito, pois pensou: “bom, mas aí já começou a melhorar, né? Porque eu nunca tinha visto duzentos e quarentas reais, assim, pegar só num monte. Para trabalhar, fazendo diária, e pegar esse dinheiro, demora muito.” (Entrevistado 7).

A espera pela aposentadoria tem sido bem difícil, como revela a história de vida do próximo entrevistado. Proveniente do Maranhão, veio tentar a sorte nos garimpos de ouro do rio Tapajós e, tendo fracassado (acabou não “bamburrando”), adquiriu 40 hectares de terra na localidade, mandando buscar, em seguida, toda a sua família. Sua mulher veio a falecer no início da década de 1990 e seus filhos, já criados, lançaram-se no mundo. No início deste século, casou-se novamente e teve mais duas filhas. Os muitos anos de roçado trouxeram-lhe sérios problemas de coluna, que paulatinamente o impossibilitam de trabalhar ou de levar seus produtos à feira, forçando-o a doá-los aos vizinhos. Às vezes sua mulher, quando não está atarefada, o ajuda, o que lhe dá muito gosto: “ela é muito trabalhadora”, disse-nos. Por isso, quase aceitou a oferta dos sojicultores por suas terras, mas, pensando na aposentadoria, recusou, e ainda necessitando criar as suas filhas menores, continuou seu trabalho duro no lugar, mesmo contrariado. Conta que, quando se aposentar, se algum sojicultor novamente lhe procurar, venderá seu terreno e comprará uma casa em Belterra para facilitar a ida das meninas à escola, já que sente muitas dificuldades, com a idade que

tem, em ter que deixá-las diariamente de bicicleta na beira da rodovia para assim acessarem a escola (sobretudo no período chuvoso, quando o ramal vira um atoleiro).

Depois da chegada dos sojicultores, três novas famílias camponesas vieram se estabelecer na localidade de Jenipapo para alcançar o mesmo objetivo que fez com que as outras continuassem lá, qual seja, trabalhar em um pedaço de terra para conseguir a aposentaria e, assim, ver diminuídas suas privações. Conseguiram seus lotes por meia de herança (em dois casos) e da doação da igreja evangélica que, após fechar sua congregação por falta de membros, resolveu ceder parte de seu terreno a essa família. Estas passaram por diversas dificuldades na cidade e hoje conseguem obter o mínimo para sobreviver. Uma delas, cujo chefe já trabalhou em diversos lugares e em diferentes atividades, sobretudo como caseiro, conta que hoje a vida é “até melhor”, como narra nosso entrevistado:

Aqui... quando eu estava na cidade, aqui é até melhor. Na cidade, é o seguinte: tudo é comprado. Lá tem que trabalhar para poder comprar. Aqui não, a gente planta. Tem macaxeira, crio galinha; tem um roçadinho ali, produzo milho, bastante; tem um porquinho no chiqueiro que como em dezembro. Na cidade não tem isso (Entrevistado 8)

Esta família, constituída pelo casal e por um filho de 16 anos de idade, além do pequeno roçado, aberto em seu terreno que mede menos de 01 hectare, também recorre, tanto o pai quanto a mãe, a serviços fora de sua unidade de produção, diárias que – somadas ao benefício proveniente do programa bolsa-família – continuarão realizando (em virtude da escassez de terra) para complementar o orçamento familiar até o momento em que conseguirem se aposentar. Contudo, compartilham a preocupação de outros camponeses (que ainda não se aposentaram) em conseguir saldar o valor cobrado atualmente pelo sindicato (dez reais e noventa centavos), reclamando que isto tem dificultado manter em dia o pagamento, o que poderá comprometer futuramente suas aposentadorias.

Mudanças ocorreram na reprodução do gênero de vida dos camponeses das comunidades de Tracuí e de Jenipapo com a chegada dos sojicultores. A mais visível foi o esvaziamento sofrido por suas populações, que suscitou profundas transformações aos seus espaços comunitários e à exteriorização de suas vidas. Tendo poucas crianças, a escola deixou de funcionar, e com poucos jovens e adultos, o barracão comunitário, o campo de futebol e as igrejas foram abandonados, pois os que permanecem, em sua maioria idosos, não conseguem tocá-las adiante.

Findou-se o mutirão comunitário que zelava por esses espaços que, em desuso, tanto em Tracuí como em Jenipapo, passaram a ser cobiçados pelos sojicultores. Em Jenipapo, os camponeses não aceitaram a apropriação dos espaços comunitários pelos que vêm de fora e ainda reclamam da pressão que estes exercem para obtê-los. Em Tracuí foi diferente, pois, em 2011, o sojicultor que comprou as terras da localidade convocou uma reunião com os camponeses que possuíam propriedades no lugar para lhes propor incorporar o espaço comunitário à sua propriedade com o intuito de instalar um de seus funcionários e, em troca, construiria uma igreja nova na beira da rodovia e passaria a fazer a manutenção do poço artesiano, do motor com gerador de energia e da bomba hidráulica, fornecendo-lhes a água que necessitassem. Aceitaram a oferta, principalmente em razão da água, pois, como afirma um dos residentes, nosso entrevistado, ficaria muito complicado para ele e seu irmão mantê-la nesses moldes:

Há pouco, pra ele botar um morador aí, ele fez uma reunião, né? Chamou uma parte do pessoal que morava aqui, e aí nós fomos para uma reuniãozinha com ele ali – isso há uns cinco meses – pra ele tomar de conta do poço aí, porque ele queria cercar a área. Aí só cercava se fosse conversando com o pessoal. Só teve uma pessoa contra, que não queria. Os outros todinhos concordaram porque se nós fossemos tomar de conta de um poço desse daí, só eu e o meu irmão aqui, se desse um problema

numa bomba, no motor. Aí eu digo: mas rapaz, é melhor entregar para ele, dá a manutenção todinha, ele tem as condições, tem tudo! Aí ele disse que a gente podia usar (Entrevistado 9).

Na ausência de crianças e adultos para frequentar a escola e a igreja, aceitaram a totalidade da proposta, sem qualquer objeção e o sojicultor transformou a escola em casa de seu funcionário e a igreja em armazém para estocar ferramentas. Noutro momento tentou se apropriar do antigo ramal da localidade, mas os comunitários não aceitaram, pois ainda o utilizam, além de terem ficado preocupados com o cemitério da localidade, que fica às suas margens, pois poderia ser engolido pelas máquinas, como relata nosso entrevistado:

É tudo rodeado lá, o cemitério fica bem no meio. Ah, mas lá o cabra não acaba não. Não está cheio de soja dentro porque cercaram. Porque esse ramal que era o cemitério ele não coisa porque é um ramal antigo, da comunidade, todo mundo precisa, ninguém aceitou. Não acaba não, não é assim do jeito que quer. Todo mundo usa. Mas se deixar mesmo, mas rapaz, já tinha plantado soja por cima, acabava era com tudo, só que ele ia comprar briga ali (Entrevistado 10).

Após a saída de muitos camponeses e o desaparecimento dos espaços comunitários, para os que permanecem, isolados no lugar, sobraram paisagens do medo, que amedrontam principalmente as mulheres, que não se sentem tranquilas em caminhar pelos ramais desertos. Restaram-lhes como distração, em dias normais, o trabalho, a televisão e o rádio, e nos finais de semana, a visita a algum parente ou amigo, ou ir, vez em quando, à cidade para vender seus produtos e comprar o que necessitam.

Outras transformações decorrentes do agronegócio atingiram seus sistemas de produção, ocasionadas pelo desmatamento e, principalmente, pelo uso de agrotóxicos. A intensa utilização de defensivos para a dispersão das pragas das lavouras de soja, como a da mosca branca (*Bemisia argentifolii*), provoca a migração desta para as plantações camponesas vizinhas, que, sem condições de combatê-las do mesmo modo, acabam perdendo parcialmente ou totalmente as suas produções. Plantar melancia, jerimum ou feijão ficou bastante difícil; agora, têm que comprá-los ou, no caso do feijão, de catá-lo do chão, das sobras da safrinha dos sojicultores que foram deixadas pelas máquinas, pois estas não conseguem colhê-lo integralmente.

Foi assim que acabaram incorporando ao conjunto de suas técnicas o uso mais frequente dos agrotóxicos, seja por imperiosidade, para não ter que perder ou ver diminuídas suas produções, mesmo sem condições financeiras para tal, seja voluntariamente, para poupar trabalho, como é o caso dos herbicidas, utilizados agora (não com a frequência desejada) para fazer a manutenção do roçado (comumente feita com enxada) para que o mato não sugue os nutrientes de seus cultivos. Outra incorporação às suas técnicas foi o aluguel de máquinas para limpar os terrenos e ará-los, o que significou a diminuição do tempo de trabalho e, conseqüentemente (e o que é mais importante), o abrandamento da fadiga e da severidade de ter que passar horas sob o sol equatorial derrubando a capoeira e preparando o solo para o plantio com os instrumentos que detêm. Mas, mesmo assim, são técnicas usadas de forma bastante restrita, pois não podem correr o risco de comprometer o consumo em razão do trabalho, tomando o cuidado de manter essa relação sempre equilibrada.

Frente aos impactos dos agrotóxicos nas suas lavouras, sobretudo a de feijão, chegaram a imputar que o mal que estava acometendo seus roçados de mandioca teria essa procedência. Contudo, a podridão radicular, que faz apodrecer a raiz da planta, não é provocada pela contaminação desses produtos químicos. Trata-se de uma doença – com maior incidência no período chuvoso e que certas variedades são mais suscetíveis – que é ocasionada por um fungo (conhecido como “cupim branco”) que se prolifera em solos cujos níveis de umidade estão muito elevados. Em conseqüência, às custas da deficitária assistência técnica da região, acabam perdendo tarefas inteiras de mandioca e comprometendo, desse modo, suas subsistências.

O uso intensivo de agrotóxicos pelos sojicultores também causa problemas à saúde dessas populações. Em todo o Planalto Santareno, há relatos do vento que carrega as nuvens de veneno para dentro de casas e escolas ladeadas pelos campos de soja. Contam que as crianças são as que mais sofrem, ocorrendo situações em que tiveram que ser levadas ao posto de saúde por intoxicação. As criações, como as galinhas, também têm sentido, pois vagueiam livremente pelos terreiros e acabam invadindo as plantações imunizadas pelo veneno. Há também relatos de contaminação de igarapés e a possibilidade de contaminação dos poços, que pode vir a prejudicar a água ingerida por esses camponeses. Alguns deles não têm dado tanta importância ao evento, pois acreditam que esses produtos só fazem mal às pragas, contudo, deve-se atentar ao fato de que os maiores efeitos somente serão sentidos no futuro.

Quanto ao desmatamento, o principal impacto ao gênero de vida desses camponeses foi a diminuição da caça. Como o avanço dos campos de soja se deu principalmente sobre a capoeira que sobre as áreas de floresta, os animais que perambulam por esse tipo de vegetação, como tatus e pacas, tornaram-se raros. Agora, a caça somente é abundante nas áreas de reserva, que não podem acessá-las.

Outra mudança relaciona-se ao extrativismo florestal. Como muitas famílias foram embora, certos produtos, que eram escassos no passado, em razão da quantidade de pessoas, hoje se tornaram abundantes. A castanha, por exemplo, que servia basicamente para o consumo, agora é comercializada, sendo um apoio à subsistência principalmente na época das chuvas, quando a produção da farinha é menor, como relata nosso entrevistado:

No tempo do inverno, às vezes que chega a safra da castanha, aí a gente junta e dá um jeito, quando dá um solzinho, e vai botar lá fora. Aí vai passando. Algum serviço, alguma diariazinha é melhor. Se não for, a castanha. Porque na época da castanha, da venda, a venda é meio fraca, sabe? A compra deles lá, baixa o preço. É cinquenta centavos, é sessenta o quilo (Entrevistado 11).

Assim como a castanha, a água tornou-se mais acessível com a saída dos comunitários. Na localidade de Jenipapo isto foi mais significativo, pois a água que era trazida pelos caminhões-pipa da prefeitura, e que tinha que ser bastante racionalizada, agora, apesar de ainda ser um problema, tornou-se menos escassa. Ainda não existe qualquer sistema de distribuição, mas moradores conseguiram, por meio de seus próprios recursos, comprar alguns metros de mangueira e fazer com que ela chegasse a suas casas. Na localidade de Tracuá, esse problema já havia sido parcialmente solucionado pelos próprios comunitários antes mesmo da chegada do sojicultor, que, como relatamos noutro lugar, agora faz a manutenção da água e a distribui entre as famílias.

Uma das poucas coisas que veio melhorar a vida nessas comunidades foi a chegada da energia elétrica em 2011 na localidade de Tracuá e em 2008 na localidade de Jenipapo, com o programa do governo federal “Luz para todos”, quando as comunidades já estavam esvaziadas. Isso significou que não mais precisariam de baterias para ligar seus aparelhos elétricos e poderiam agora deixar de comprar gelo para conservar seus alimentos ou mesmo evitar sua salga. Talvez, como lamenta um camponês, se ela tivesse chegado antes, muitos não teriam saída dali. Porém, a energia que chegou só consegue suprir a demanda de equipamentos que exigem menos potência elétrica; para outros, como uma bomba d’água, que poderia os ajudar a irrigar suas plantações, ou mesmo um motor para triturar a mandioca, ela é insuficiente.

Outras coisas não mudaram com a chegada do agronegócio, como o trabalho com a mandioca por aquelas famílias cujos membros ainda possuem plenas forças laborais e possuem somente a renda proveniente da agricultura e dos trabalhos temporários. Uma vez que o preço de outras mercadorias não compensa o trabalho realizado e, assim, não é capaz de satisfazer suas carências, e como as pragas de insetos têm lhes obrigado a utilizar os mesmos defensivos para que não percam suas produções, é a farinha – por não exigir

tais produtos e possuir um melhor preço no mercado – que ainda lhes fornece os meios para sua subsistência, tal como relata nosso entrevistado:

A coisa que rola mesmo é farinha, desde a época em que eu moro aqui, e nunca deixei de plantar. Outro tipo de coisa requer muito trabalho, a gente precisa de muito adubo químico, maquinário. O cabra não tem condição, né? Aí, primeiro, tem que comprar o esterco, que tão vendendo a dois reais o saco, é caro... Aí quando o cabra planta, que dá, aí o cabra vende a um preço baixo, mas ainda dá. E quando não dá na plantação, os bichos comem tudo? (Entrevistado 12).

As dificuldades com o transporte e com o estado das estradas também continuam. Em Tracuí, os irmãos que ainda moram no lugar conseguiram adquirir, em conjunto, uma motocicleta para carregar sua produção para a beira da rodovia e de lá pegar o transporte para a feira em Santarém. Contudo, na época das chuvas a lama que se forma impede-os de trafegar com esse tipo de veículo. Locomover-se nesse período, portanto, permanece bastante difícil, por isso todas as famílias que possuíam filhos em Tracuí venderam seus lotes e mudaram-se para um lugar de mais fácil acesso às escolas, com o sentido, sobretudo, de não perderem o benefício do bolsa-família. Em Jenipapo, essa é uma dificuldade a ser vencida pelas quatro famílias que possuem filhos em idade escolar, pois, com o esvaziamento da localidade, a escola primária foi fechada e o transporte que pegava os alunos de séries mais avançadas deixou de passar.

Considerações finais

Em sua história econômica e social, o Planalto Santareno presenciou encontros e desencontros, onde o local é considerado tradicional, mas não desaparece com a chegada do novo, do “estranho” capital. O capital expande-se seja por meio de relações especificamente capitalistas de produção, seja sujeitando para si a renda da terra ou práticas que não se reproduzem por meio da acumulação ampliada. O uso do território sob o modo de produção capitalista não se uniformiza, pois o capital possui limites para transformar todos os processos e relações de produção.

Por isso, podemos afirmar que a tendência do campesinato do Planalto Santareno é continuar se reproduzindo, fornecendo seus produtos para a reprodução da força de trabalho urbana, como farinha de mandioca, frutas tropicais e produtos extrativistas, malgrado as formulações deterministas que vaticinam seu desaparecimento, negando a especificidade da formação econômica e social brasileira e, portanto, o caráter contraditório, “geograficamente desigual” – como nos lembra Harvey (2006) – do desenvolvimento capitalista.

Em realidade, à primeira vista, temos um processo de *descamponização* na região, em razão das centenas de famílias que venderam suas terras, coagidas pelas suas condições de vida e trabalho precárias e, por conseguinte, pela falta de terra para a reprodução das gerações futuras. Como observou Monteiro (2008) nos espaços agrários incorporados pelo agronegócio no Centro-Sul, essa tendência se ratifica na paisagem, cada vez mais homogeneizada e com poucos vestígios da vida camponesa.

Em fins de 2012 o movimento migratório do campesinato do Planalto Santareno é bastante reduzido, pois o agronegócio da soja tem encontrado alguns obstáculos à sua expansão na região. Em primeiro lugar, temos os impedimentos ligados à situação fundiária regional para a contração de crédito pelos produtores, uma vez que 95% destes não possuem o título de suas terras, o que inviabiliza seus acessos ao crédito rural, pois os bancos pedem essa garantia para poderem emprestar (ao contrário da Cargill, que requer como garantia a produção). Desse modo, fica extremamente complicado para eles conseguirem ampliar seus campos de soja sem o financiamento das culturas que servem como preparo à mecanização, haja vista seu alto custo. Daí a importância das políticas de

regularização fundiária que vêm sendo acenadas pelo governo federal, a exemplo da Medida Provisória 458, de 10 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida no Art. 2º da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, mediante alienação e concessão de direito real de uso de imóveis. Em segundo lugar, temos como obstáculo a não aprovação do EIA-RIMA do terminal fluvial de granéis sólidos da Cargill em Santarém. Este impasse jurídico não impediu as atividades da empresa, pois a mesma pretende aumentar a capacidade de seu porto para a exportação dos grãos comprados no Mato Grosso e, conseqüentemente, ampliar o financiamento da soja regional. Sua aprovação é ansiosamente aguardada pelos produtores do Planalto Santareno – e, caso seja negada, segundo informações do Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), eles voltarão suas terras a outras especializações produtivas, como a da mandioca, prática que vem ocorrendo em diversas porções do Centro-Sul do país, de modo totalmente mecanizada, para a comercialização do amido.

Superando-se os impasses acima referidos e se a conjuntura do mercado mundial for favorável, o Planalto Santareno ainda oferecerá algumas vantagens à expansão da atividade, que em muitas outras regiões do país estão restritas ou ausentes, quais sejam, os custos com fretes diminuídos por conta de sua proximidade com o terminal de exportação da Cargill, o baixo preço de suas terras se comparado com as do Centro-Sul (um hectare mecanizável vendido, por exemplo, no oeste do Paraná, é possível comprar cinco hectares mecanizáveis ou mesmo dez antropizados na região), além de ser um dos poucos espaços de reserva existentes no território nacional com condições de ser incorporado à cultura da soja.

A esperada conclusão do asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém também constitui fator de atração para que os produtores de soja do Centro-Sul expandam suas atividades na região. Como as outras porções do oeste paraense cortadas pela rodovia não oferecem condições para a mecanização, por estarem localizadas, segundo EMBRAPA (2007), em terrenos muito acidentados, a atratividade topográfica do Planalto Santareno (seus platôs) o torna o principal alvo desses produtores.

Desse modo, continua o projeto de conexão da região ao circuito espacial produtivo da soja, com a iminente conclusão do asfaltamento da BR-163, com os projetos de ampliação do Porto da Cargill (e de construção de outros – como o de Miritituba/PA), com a implementação da hidrovía Teles Pires-Tapajós, além dos planos de se construir uma ferrovia que liga Cuiabá a Santarém para o escoamento da soja do Mato Grosso. Enquanto o grande capital se apropria de forma acelerada da região, o Estado age de forma muito discreta, quase nula em termos de investimentos para melhorar as condições de produção da agricultura camponesa, que continuará, caso o agronegócio da soja tome um novo impulso, vendendo suas terras.

Mesmo assim, a reprodução camponesa ainda é assegurada no Planalto Santareno, pois o agronegócio da soja é extremamente seletivo em sua expansão. A fronteira não se fechou. Como não existe concorrência mercantil entre os principais produtos do agronegócio e da economia camponesa – por exemplo, entre soja e farinha de mandioca – o campesinato continuará encontrando brechas econômicas para se inserir na economia local, produzindo mercadorias em que o capital se vê limitado em extrair mais-trabalho sob relações de produção especificamente capitalistas. Além do mais, pelo caráter contraditório do capitalismo, especialmente o brasileiro, que lança pessoas a situações sociais de extrema carência, o acesso a um pedaço de terra que lhes permita sua reprodução vital, torna a questão agrária ainda urgente em nosso país. Historicamente, esse campesinato tem se recriado na região, resistindo aos anos por se configurar em um gênero de vida pelo qual centenas de famílias conseguiam reproduzir suas existências com certa autonomia, integração ao mercado e estabilidade no decurso dos diversos períodos de sua formação econômico-social, valendo-se de um conjunto de técnicas que lhes propiciassem a sobrevivência elementar em um meio esquecido e precário.

Por outro lado, se assistimos a possibilidade real de reprodução desse campesinato santareno, o mesmo não podemos afirmar em relação ao das comunidades de Tracua e de

Janipapo. Dificilmente continuarão se reproduzindo no lugar quando essa geração que resiste se for. A insuficiência de terra, o vazio comunitário e os anseios por outras vidas (suscitados pela criação de novas necessidades), desencorajam os mais jovens. Os que permanecem aguardam um dia se aposentar para, quem sabe, buscar outro lugar ou esperar seu tempo passar ali mesmo, com e como os outros solitários aposentados que logo partirão, desejosos que um dia seus filhos não carreguem seus destinos.

Referências

AGRÁRIA ENGENHARIA E CONSULTORIA S/A. **Soja em Santarém - um início que entusiasma**. Santarém, 1997.

ALMEIDA, Ruth Helena Cristo. **Zona de conflitos: o agronegócio da soja e a formação da esfera pública em Corta-Corda, Santarém, Pará**. Belém, 2005. 134 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.

ARAÚJO, Roberto et al. Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processo de ordenamento territorial. In: CASTRO, Edna. (Org.). **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.

BECKER, Bertha. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UNB, 1990.

BECKER, Bertha. Os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia. In: **A GEOPOLÍTICA da Soja na Amazônia**. Belém: MPEG, 2004.

BICKEL, Ulrike. **Brasil: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar**. Bonn (Alemanha), 2004. 169 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical). Faculdade de Agronomia, Universidade de Bonn.

CARGILL. **Avaliação do cultivo da soja em escala comercial seguido de safrinha**. Santarém, 2001.

COELHO, Andrea dos Santos. **Modelagem de dinâmica do uso da terra na região de Santarém**. Belém, 2009. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará.

EMBRAPA Amazônia Oriental. Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). 2007. Disponível em: <<http://zeebr163.cpatu.EMBRAPA.br/index.php>>. Acesso em: 08 mai. 2014.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. vol. 1. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. vol. 1. Belém: EDUFPA, 2004.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil(1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.1979.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 2. ed. Barcelona: Edicions 62, 1973.

_____. Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981a.

_____. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza. (Org.): **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981b.

_____. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. **O pensamento de Lenine**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1969.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O Cativo da Terra**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec. 1997.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTEIRO, Raimunda. Associativismo e fronteira: a Amazônia como espaço de reprodução social da agricultura do Sul. In: CASTRO, Edna (Org.). **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.

OBBERG, Kalervo. O camponês marginal no Brasil rural (1957). In: WELCH, Clifford Andrew. et al. (Org). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Volume 1. São Paulo: UNESP, 2009, p. 181-192.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Plano municipal de agropecuária: período-1997/2000**. Santarém, 1997

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma Situação Geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

TROTSKY, León. **Histoire de la révolution russe**. Paris: Éditions du Seuil, 1950. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/index.htm>>. Acesso em: 24 out. 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Recebido para publicação em 19 de novembro de 2013

Devolvido para revisão em 07 de maio de 2014

Aceito para publicação em 26 de maio de 2014